

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O interior do país tem sofrido, ao longo de várias décadas, sucessivos esquecimentos por parte das políticas nacionais, apresentando um nível de investimento público notoriamente insuficiente. Um dos casos que retrata esta situação é a construção do Itinerário Complementar número 26 (IC26), um itinerário previsto no Plano Nacional Rodoviário e pensado para começar em Amarante (IP4), passando pela Régua, Lamego, Tarouca, Moimenta da Beira, Sernancelhe, com término no IP2, em Trancoso. Desenvolvida maioritariamente por estradas nacionais, tal construção permitirá reduzir o isolamento de todas estas populações, contribuindo para a redução das barreiras geográficas entre o litoral e o interior.

De acordo com o Secretário de Estado das Obras Públicas em funções aquando a decisão da construção do IC26, Paulo Campos, o itinerário deveria estar concluído até final do ano de 2010, com uma extensão total de 43 quilómetros e 120 milhões de euros de investimento. Já segundo o ex-Instituto de Infraestruturas Rodoviárias (INIR), o IC26 encontrava-se em "estudo/construção" no final de 2011. Existiu adicionalmente um Estudo de Avaliação da Rede Rodoviária Nacional, promovido pela ex-Estradas de Portugal, S.A., relativo aos impactos ambientais da rede rodoviária do Douro Sul, entre Lamego e Trancoso, mas cujos resultados não são de conhecimento público.

Apesar dos compromissos anunciados sobre a construção do IC26, bem como os estudos realizados por várias entidades (INIR, EP), não foram ainda tomadas decisões efetivas para se avançar com a concretização deste projeto, o que para este Grupo Parlamentar se afigura absolutamente inaceitável.

Reitera-se a importância da construção desta obra, que facilitará a acessibilidade nestes concelhos e contribuirá para retirar a região do isolamento. Adicionalmente, a grande maioria das estradas existentes na região são extremamente perigosas e mortais, sendo esta nova acessibilidade uma antiga reivindicação das populações, quer pela sua importância económica e social, quer pela sua relevância a nível de segurança rodoviária.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, as seguintes questões:

1. Como avalia o Governo os atrasos sucessivos na construção do IC26?
2. Que medidas concretas pretende o Governo aplicar e que investimentos se encontram previstos para a construção do IC26?
3. Quais os prazos e que cronograma existe para a conclusão do IC26? Está o Governo em condições de fornecer a este Grupo Parlamentar o calendário de execução das diferentes fases da programação desta obra?

Palácio de São Bento, 14 de abril de 2018

Deputado(a)s

HEITOR DE SOUSA(BE)

PAULINO ASCENÇÃO(BE)